

Nome	Instituição/Setor
Joel de Ávila	Conselheiro Armação da Piedade
Ivon	Conselheiro Associação Escunas
Antônio (Tonho)	Conselheiro Armação da Piedade
Alcides Flores	Conselheiro Areias de Baixo
Eduardo Mendes Feitosa	Conselheiro Antenor
Cláudio Rosa	Conselheiro Costeira da Armação
Fabiani Sokoloski	Conselheira EPAGRI
Júlia Moraes Callado	Conselheira IPHAN
Dalânea Cristina Flôr	Conselheira UFSC
Juliano Pinzetta	Conselheiro SPU/SC
João Godinho	Conselheiro IMA
Reinaldo Minillo	Conselheiro MAPA
Luciano Bonotto	Conselheiro IMA
William W. Brenuvida	Conselheiro Prefeitura GCR
Brendon Alves	Conselheiro FAMGOV
Lorival Furtado	Conselheiro Associação de Agropecuaristas
Rogério Carvalho	Secretário de Pesca GCR
Marina	UFSC
Josué Ocker	Prefeitura GCR
Beatriz Marques	
Milena Marques	
Alex Ocker	
Kaiann Barentin	
Marcos César da Silva	Chefe do NGI ICMBio Florianópolis
Andrea von der Heyde Lamberts	Assistente do NGI ICMBio Florianópolis
Heitor Schulz Macedo	NGI ICMBio Florianópolis
Elda V. Oliveira	NGI ICMBio Florianópolis

Ao vigésimo nono dia do mês de setembro de dois mil e vinte e um, reuniram-se às 14 horas em reunião virtual (<https://meet.jit.si/ConselhoAPA>), os membros deste Conselho, conforme a relação de presença acima registrada. O analista ambiental Heitor Macedo abriu a reunião e repassou ao Chefe do NGI ICMBio Florianópolis, Marcos Cesar da Silva para as boas vindas iniciais. Em seguida foi repassada e discutida a pauta com os seguintes temas:

1. **TRAPICHE DA ARMAÇÃO DA PIEDADE** – inicialmente foi informado que o ICMBio é favorável à sua instalação, considerando-se os benefícios à comunidade.

Que o plano de manejo autoriza um trapiche por comunidade e que a grande questão é sobre em que local e como deverá funcionar. Recebeu a demanda para manifestação no processo de licenciamento, que tramita no IMA. Os estudos foram realizados pela Prefeitura e restaram algumas dúvidas sobre o local de instalação do trapiche e sobre a consulta à comunidade, sendo que o ICMBio encaminhou, em julho passado, solicitação para que a prefeitura apresente a justificativa locacional e os comprovantes da consulta à comunidade, para que o ICMBio possa se manifestar conclusivamente, considerando-se ainda os aspectos relevantes e as consultas prévias necessárias a todos os órgãos envolvidos. As manifestações dos conselheiros Julia, Milena, Claudinho, Luciano e Willian foram todas no sentido de que o local a se instalar o trapiche deve ser de fácil acesso público, que atenda às demandas de toda a comunidade, seja do setor da pesca artesanal ou do turismo e ainda que deve atender e considerar os estudos técnicos necessários ou já realizados naquela área. Ponderou-se que a escolha do local no meio da praia e não no canto próximo da igreja pode estar associada à existência de pedras e/ou ao patrimônio histórico, mas que não há no processo essa justificativa.

Encaminhamentos:

Sr. Josué, irá verificar junto à Prefeitura as justificativas e os estudos complementares requeridos e irá encaminhar ao ICMBio para que o mesmo possa se manifestar o mais breve possível.

2. OUTROS TRAPICHES

Considerando-se a solicitação pelo grupo de whatsapp de inserir na pauta discussão sobre os outros trapiches, é proposto pelo ICMBio a criação de um grupo de trabalho que faça um diagnóstico da situação atual dos trapiches da Fazenda da Armação, da Caieira e da Costeira. Esse diagnóstico deve contemplar: (1) como está a estrutura atual do trapiche? (2) São necessárias reformas/melhorias no trapiche? Quais? (3) Como é o uso do trapiche? Há conflitos? (4) São necessárias regras de uso para o trapiche? Quais?

A proposta foi aceita pelos conselheiros e foi criado um grupo de trabalho.

Encaminhamentos: Criação de Grupo de Trabalho para verificar a situação dos demais trapiches, observando tanto a questão da estrutura quanto das regras de uso coletivo. O grupo deverá apresentar relatório na próxima reunião do Conselho.

Componentes: Ivon, Claudinho, Joel, Messias, Josué, representante da UFSC (ainda a ser indicado), sendo que podem ser chamados outros técnicos para o apoio que se fizer necessário.

3. RANCHOS DE PESCA – Marcos ressalta que essa demanda vem sendo discutida ao longo de vários anos, que os RIPs dos terrenos objetos de interesse de construção dos trapiches foram repassados à prefeitura, mas que essa sempre encontrou dificuldades de alocar recursos para a sua construção. Diante das dificuldades, o ICMBio conseguiu viabilizar a construção dos ranchos, através da conversão de uma multa ambiental aplicada pelo Ibama a particular, que deve construir os quatro trapiches (praia de Antônio Correa, praia da Costeira, Praia do Magalhães e Praia da Caieira). Todo o processo está sendo um aprendizado, com acordos entre o empreendedor, a prefeitura municipal, a APA do Anhatomirim, os pescadores, o

MPF e a justiça. Foi informado ainda que a empresa responsável pela construção dos ranchos apresentou dificuldades financeiras e por um período paralisou as obras, porém, já retomou as atividades e atualmente está finalizando a construção do primeiro rancho. O primeiro rancho coletivo, na praia de Antonio Correa, está em fase de finalização, faltando apenas a construção dos armários individuais. A prefeitura tem acompanhado a execução das obras e é também a responsável pela execução da recuperação ambiental do entorno. Por solicitação dos pescadores, o ICMBio realizou reunião, com os pescadores e empreendedor, na data de 28/09/2021, para tratar da finalização das obras. Foi reforçado ao Sr. Rogério, Secretário de Pesca, o apoio necessário à instalação das estruturas como guincho, redes de água e energia nos ranchos. O Sr. Rogério afirmou que a secretaria está em fase de reestruturação e que em breve poderá tratar deste assunto.

Foi esclarecido que todos os ranchos serão instalados em áreas ambientalmente sensíveis, porém, já ocorreu uma ampla discussão, inclusive com o conselho da APA do Anhatomirim, buscando-se a menor intervenção e o menor impacto ambiental, sendo considerado que haverá um ganho ambiental, inclusive com a redução do impacto visual uma vez que, atualmente, os ranchos estão espalhados nas praias e a ainda, ficou acordado que a prefeitura/FAMGOV será a responsável pela recuperação ambiental da área no entorno dos ranchos.

Quanto ao cronograma de construção dos ranchos se esclareceu que o critério de priorização utilizado para definir a ordem de construção foi a existência de menores conflitos sociais e ambientais locais, para ir se aprendendo com o processo. Iniciou-se na praia de Antônio Correa e depois irá “descendo”: Magalhães, Costeira e Caieira. Foi ressaltado que é muito importante e necessária a atuação dos representantes das comunidades, para promover a comunicação com os pescadores, visando minimizar os potenciais conflitos.

Josué (prefeitura) questionou sobre a possibilidade de construção de ranchos coletivos na Fazenda e Marcos falou que era sim possível, mas que precisava se definir em conjunto com os pescadores as melhores áreas.

Se discutiu sobre a situação de barcos abandonados nas praias, especialmente na Costeira.

Encaminhamentos:

- a) Claudinho irá conversar com os pescadores da Costeira sobre a construção do rancho coletivo na Costeira. A prefeitura (Josué) também atuará ativamente na mediação da questão.
- b) Josué irá conversar sobre a construção do rancho coletivo na Fazenda da Armação
- c) Josué também atuará, em conjunto com a Secretaria de Pesca, para destinação das embarcações avariadas/sem uso e depositadas nas praias.

4. AÇÃO SOBRE LOTEAMENTOS IRREGULARES

Marcos discorreu sobre Ação Civil Pública - ACP movida pelo Ministério Público Federal contra o ICMBio e a Prefeitura municipal relativa aos parcelamentos de solo e loteamentos na região da APA do Anhatomirim, em especial em Areias de

Baixo. Conforme a ACP, a APA do Anhatomirim exige manifestação do ICMBio para parcelamentos do solo no interior da unidade, mas estes estão ocorrendo (tanto sem conhecimento da Prefeitura, como também pela Prefeitura sem passar pela obrigatória autorização do ICMBio). Foi informado que ocorreu uma audiência de conciliação onde ficou acordado o seguinte: 1- o ICMBio, a Secretaria de Planejamento e a FAMGOV deverão elaborar, conjuntamente, uma cartilha com orientações sobre os procedimentos a serem adotados para a realização de parcelamentos do solo na APA do Anhatomirim. Essa cartilha será destinada tanto aos técnicos, quanto também à população interessada. 2- A prefeitura fará um levantamento dos processos de parcelamento do solo na APA, com objetivo de regularização. 3- Os interessados em efetuar parcelamento do solo, na APA Anhatomirim devem ser orientados a entrar com processo de licenciamento na prefeitura/FAMGOV, que deverá consultar o ICMBio durante o processo.

5. INFORMES E ENCAMINHAMENTOS FINAIS

Foi informado que o ICMBio também passou por um processo de reestruturação, que foi criado o Núcleo de Gestão Integrada – NGI ICMBio Florianópolis, que funciona com a atuação conjunta das equipes que trabalhavam nas quatro unidades de conservação - APA do Anhatomirim, Estação Ecológica de Carijós, REBIO Marinha do Arvoredo e RESEX do Pirajubaé. O NGI está organizado em áreas temáticas, que estão em fase de planejamento. Alguns avanços tem ocorrido, mas também vários desafios.

Foi questionado sobre o período de mandato dos conselheiros sendo informado que os mandatos seguem vigentes, e que devido à pandemia não está previsto processo de renovação ainda durante este ano.

Foi acordado que a próxima reunião será marcada para novembro ou dezembro, será presencial e na pauta já ficou definida a apresentação do relatório do grupo de Trabalho sobre os trapiches. Os demais pontos da pauta serão discutidos/acordados no grupo de whatsapp do conselho.